

# ***FEIÇÕES DO ATLÂNTICO NEGRO EM UM DEFEITO DE COR***

Karina de Almeida Calado<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho analisa o romance *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves, em diálogo com as reflexões de Paul Gilroy, na obra *O Atlântico Negro* (2001), buscando observar aspectos que evidenciam a formação de dicções suplementares acerca da história da diáspora africana no Novo Mundo. O romance revisita a temática da escravidão e confronta o discurso construído pela “razão negra ocidental”. Evidenciam-se, na narrativa, imagens e perspectivas dissonantes em relação à memória oficial, além de cenas de insubmissão, que caracterizam o Atlântico Negro.

**Palavras-chave:** Atlântico Negro. Diáspora. Razão Negra. Dissonância.

## **FEATURES FROM THE BLACK ATLANTIC IN *UM DEFEITO DE COR* (A COLOR DEFECT)**

**Abstract:** This paper examines Ana Maria Gonçalves’s novel *Um defeito de cor* (2006), establishing a dialog with reflections from Paul Gilroy’s book *The Black Atlantic* (2001), searching aspects that spotlight the development of supplementary speeches about the history of the African diaspora in the New World. The novel revisits the slavery theme and confronts the discourse built by the “Western world’s black reason”. In the narrative, images and dissonant perspectives are put in contrast with the official memory, which includes scenes of in submission that characterise the Black Atlantic.

**Keywords:** Black Atlantic. Diaspora. Black Reason. Dissonance.

## **HECHOS DEL ATLÂNTICO NEGRO EN *UM DEFEITO DE COR***

**Resumen:** Este trabajo analiza el romance *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves, en diálogo con las reflexiones de Paul Gilroy, en la obra *O Atlântico Negro* (2001), buscando observar aspectos que evidencian la formación de dicciones suplementarias acerca de la historia de la diáspora africana en el Nuevo Mundo. La novela revisa la temática de la esclavitud y confronta el discurso construido por la "razón negra occidental". Se evidencian, en la narrativa, imágenes y perspectivas disonantes en relación a la memoria oficial, además de escenas de in submisión, que caracterizan el Atlántico Negro.

**Palabras claves:** Atlántico Negro. Diáspora. Razón Negra. Disonancia.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras – PUC Minas. Bolsista CAPES. [karinacalado@gmail.com](mailto:karinacalado@gmail.com)

Começamos esta reflexão analisando a postura da autora de **Um defeito de cor** em relação à matéria narrativa e à forma romanesca. O ponto de vista desenvolvido na obra acerca da História se constrói explorando tanto o gênero romanesco quanto o passado histórico, enquanto perspectiva aberta a novas narrativas e interpretações. Desse modo, a escolha do gênero romance (uma forma aberta que acolhe a carta, ou o diário, por exemplo) mostra-se, por seu caráter pluridiscursivo, propícia ao propósito de desconstrução da verdade única e homogênea da história oficial. Como propõe Bakhtin, o romance se constituiu e se desenvolveu “no solo de uma nova sensibilidade em relação ao tempo” (BAKHTIN, 1993, p. 427), apresentando-se como um gênero oportuno à reinterpretação do passado.

Essa perspectiva vai ao encontro do que nos diz Paul Gilroy (2001), quando discorre sobre a intensa negociação promovida pelos escritores africano-americanos com a forma romanesca estabelecida. Tratam-se de negociações que imprimem reflexões críticas da modernidade e do Iluminismo na forma romanesca, ao desenvolverem temáticas relacionadas à história, historiografia, escravidão e recordação.

O conjunto de romances africano-americanos recentes que trata explicitamente da história, historiografia, escravidão e recordação denota uma intensa e ambivalente negociação da forma romance que está associada com suas várias críticas da modernidade e do Iluminismo (GILROY, 2001, p. 406).

As considerações de Gilroy são embasadas em afirmações da escritora norte-americana Toni Morrison, para quem o romance é necessário ao intuito de desenvolverem-se essas temáticas, abafadas durante séculos. O romance, na opinião de Morrison, vem ocupar um lugar na cultura negra, que antes era da música: “a mim me parece que o romance é necessário... agora de um modo que não era necessário antes” (MORRISON apud GILROY, 2001, p. 407).

Entendemos que Ana Maria Gonçalves ocupa um lugar em uma tradição romanesca nas escritas negras, que vêm se consolidando desde o século XIX. Essa tradição é citada por Gilroy, trazendo o exemplo de Morrison, nos Estados Unidos. No Brasil, observando-se também os casos de Maria Firmina dos Reis e de Conceição Evaristo, é possível considerar que a escravidão seja uma temática permanentemente

revisitada, componente de um espólio narrativo:

O desejo de regressar à escravidão e explorá-la na literatura imaginativa ofereceu a Morrison e a muitos outros escritores negros contemporâneos um meio de reencenar confrontos entre o pensamento racional, científico e iluminista euro-americano e a perspectiva supostamente primitiva dos escravos africanos pré-históricos, incultos e bárbaros (GILROY, 2001, p. 409).

Notamos que Gilroy, assim como observamos no pensamento de Mbembe (2014), enxerga na escrita negra um contraponto, ou confrontação, da razão negra ocidental. Essa escrita passa a instituir, ao contrário da razão ocidental, uma razão negra do negro, que desconstrói uma imagem atribuída ao negro, de selvagem e de submisso.

Esse desejo de regressar à escravidão nos parece necessário, como afirmou Morrison. Trata-se de uma ferida, ou mesmo de uma cicatriz, cuja possibilidade geradora de narrativas pode vir a preencher as lacunas do (des)conhecimento acerca da nossa própria história, como também pode se constituir como uma forma de encarar o terror e o trauma da colônia. Mbembe (2014) considera que a força da presença da colônia nas escritas negras ainda é algo latente:

Na natureza das escritas negras, a colônia aparece como cena originária que não ocupa apenas o espaço da recordação, à maneira de um espelho. É também representada como uma das matrizes significantes da linguagem do passado e do presente, da identidade e da morte. É o corpo que dá carne e peso à subjetividade, algo que não só recordamos como continuamos a experimentar, visceralmente, muito tempo depois do seu formal desaparecimento (MBEMBE, 2014, p. 181).

Esse filósofo sugere que a memória da escravidão ainda figure como trauma, e a vislumbra como uma das “matrizes significantes da linguagem do passado e do presente, da identidade e da morte”. Ou seja, a escravidão ainda se configura como peso do qual o negro não conseguiu se libertar. Parece evidente que a experiência negra no mundo permaneça levando consigo o peso de uma “maldição”.

Convergindo para a discussão proposta, consideramos que o romance **Um defeito de cor** exploraria a temática da escravidão como uma possibilidade de releitura do passado. Assim, a narradora, que é a protagonista Kehinde, é construída sob a perspectiva de uma ex-escrava, sempre em travessia, característica essa que traz para a história uma visão dos vários espaços nos quais ela transita, ao longo da obra.

Kehinde conduz a narrativa, evidenciando as perdas acumuladas ao longo de sua história: da mãe, do irmão, da avó, da irmã gêmea, da terra natal e dos filhos brasileiros (o primeiro, morto ainda criança; o segundo, vendido pelo próprio pai como escravo). Entretanto, as estratégias para a superação dessas perdas denotam uma força ativa da mulher negra escravizada, atributo ausente na narrativa oficial.

Para Gilroy (2001, p. 370): “esse contato com a morte emerge continuamente na literatura e nas culturas expressivas do Atlântico negro”. Assim, ele aponta uma predominância de narrativas de amor, perdas, exílios e viagens na cultura negra, e considera que elas desempenhem “um papel especial, organizando socialmente a consciência do grupo ‘racial’ e afetando o importante equilíbrio entre atividade interna e externa” (GILROY, 2001, p. 370). Isso significa que essas narrativas são fundamentais para se “inventar, manter e renovar” identidades:

Essas práticas constituíram o Atlântico negro como uma tradição não tradicional, um conjunto cultural irredutivelmente moderno, excêntrico, instável e assimétrico, que não pode ser apreendido mediante a lógica maniqueísta da codificação binária (GILROY, 2001, p. 370).

No pensamento de Gilroy, a tradição que constitui o Atlântico negro não é oposta à da modernidade, mas se configura como uma outra lógica, uma outra razão, igualmente “moderna”. É uma tradição fundadora de uma cultura negra distinta e autoconsciente: “compreensivelmente invocada para sublinhar as continuidades históricas, conversações subculturais, fertilizações cruzadas intertextuais e interculturais” (GILROY, 2001, p. 353).

Nesse aspecto, podemos vislumbrar a acuidade com que a narradora de **Um defeito de cor** é construída, pois ela se mostra capaz de agenciar essas feições culturais do Atlântico Negro. Ao recuperar a contadora de histórias, a autora evidencia a possibilidade de que a tradição possa modificar o romance, e não o contrário. Isso rasura o que Gilroy postula nas seguintes considerações:

O *status* dessa atividade social de contar histórias tem se modificado à medida que o romance passa a ser um gênero mais importante, reduzindo o poder da autobiografia e alterando a ideia de tradição, do mesmo modo que a relação entre oralidade e cultura letrada também tem se transformado (GILROY, 2001, p. 374).

Acreditamos que seja pertinente considerar-se que a permanência dessa evocação da experiência escrava possa ser encarada como instrumento suplementar e constituinte de um outro lugar, ou de uma outra razão, do negro na modernidade. Essa postura, que caracteriza o romance **Um defeito de cor**, também já é observável em **Úrsula**, ainda no século XIX, e em **Becos da memória**, romance do final do século XX.

No período posterior à escravidão, a memória da experiência escrava é evocada em si mesma e utilizada como um instrumento adicional, suplementar, com o qual construir uma interpretação distinta da modernidade. Quer essas memórias invoquem ou não a lembrança de um terror que ultrapassa a apreensão do discurso ideal, gramatical, elas apontam no presente para uma transformação utópica da subordinação racial (GILROY, 2001, p. 154).

É nesse aspecto que Gilroy destaca a relevância de uma escrita negra no “trabalho decisivo de investigar os terrores que esgotam os recursos da linguagem em meio aos entulhos de uma catástrofe que proíbe a existência de sua arte, ao mesmo tempo que exige sua continuação” (GILROY, 2001, p. 405). As considerações de Gilroy buscam explicar essa guinada para a história, promovida pelos escritores africano-americanos e afro-brasileiros. Vale destacar que essa guinada para a história é feita explorando-se as possibilidades criativas, dentro da forma e do trabalho, enquanto texto literário.

A guinada para a história é necessária num contexto em que muito do passado precisa ser recuperado e em que precisam ser feitas outras interpretações da história. Na construção de uma outra razão negra, vamos perceber, nas reflexões de Gilroy, que a experiência escrava marca o negro como primeiro povo realmente moderno, pois já no século XIX lida com “dilemas e dificuldades que apenas se tornariam a substância da vida cotidiana na Europa um século mais tarde” (GILROY, 2001, p. 412). Essa afirmação se esclarece no texto de Morrison, quando ela declara:

[...] a vida moderna começa com a escravidão... Do ponto de vista das mulheres, em termos de enfrentar os problemas que o mundo enfrenta agora, as mulheres negras tiveram de lidar com problemas pós-modernos no século XIX e antes. Essas coisas tiveram de ser abordadas pelo povo negro muito tempo antes: certos tipos de dissolução, a perda e a necessidade de construir certos tipos de estabilidade. Certos tipos de loucura, enlouquecer deliberadamente, como diz um dos personagens no livro, “para não perder a cabeça”. Essas estratégias de sobrevivência constituíam a pessoa verdadeiramente moderna. São uma resposta a fenômenos ocidentais predatórios. Você pode chamar isto de ideologia e de economia, mas trata-se

de uma patologia. A escravidão dividiu o mundo ao meio, ela o dividiu em todos os sentidos. Ela dividiu a Europa. Ela fez deles alguma outra coisa, ela fez deles senhores de escravos, ela os enlouqueceu. Não se pode fazer isso durante centenas de anos sem que isto cobre algum tributo. Eles tiveram de desumanizar, não só os escravos, mas a si mesmos. Eles tiveram de reconstruir tudo a fim de fazer este sistema parecer verdadeiro. Isto tornou tudo possível na Segunda Guerra Mundial. Tornou necessária a Primeira Guerra Mundial. Racismo é a palavra que empregamos para abarcar tudo isto (MORRISON apud GILROY, 2001, p. 412-413).

Essa perspectiva traz para a história novos paradigmas, e configura uma nova razão que, como pontua Mbembe (2014), é diversa da razão ocidental. Trata-se de um discurso construído no contraponto do eurocentrismo, reivindicando para o negro a sua parte na história moral do Ocidente.

Perceber o negro como protagonista, na modernidade, configura-se como um passo importante para restituir-lhe a sua humanidade, roubada pela razão ocidental. Do mesmo modo, perceber o negro como pioneiro, no enfrentamento do terror e de problemas que só viriam a ser conhecidos pela Europa no século XX, e, ainda, como desenvolvedor de estratégias de sobrevivência que constituíam a pessoa verdadeiramente moderna, poderia significar uma construção de vias de combate ao racismo. Gilroy aponta que tanto Douglass como Du Bois (o que podemos vislumbrar em tantos outros escritores negros) empenham-se em:

estabelecer que a história dos negros no Novo Mundo, particularmente as experiências do tráfico escravo e da *plantation*, era uma parte legítima da história moral do Ocidente como um todo. Não eram eventos únicos – episódios discretos na história de uma minoria – que poderiam ser apreendidos por seu impacto exclusivo sobre os negros em si mesmos, nem eram aberrações em relação ao espírito da cultura moderna que provavelmente teriam de ser superados pelo progresso inexorável rumo a uma utopia secular, racional. A existência permanente do racismo desmentiu estes dois veredictos e exige que consideremos mais profundamente a relação de terror e subordinação racial com a própria natureza interna da modernidade (GILROY, 2001, p. 154).

A análise de Gilroy (2001, p. 153) aponta que há, na escrita negra, a construção de uma perspectiva filosófica que tem “se repetido e reformulado desde então na cultura política do Atlântico negro”. Entendemos que seria, de maneira aproximada, o que Mbembe vai chamar de construção da “razão negra do negro”. Essa escrita reformula e transforma a tradição iluminista, a razão ocidental, que tem em Hegel um dos seus principais expoentes. Isso converge para o que vimos buscando demonstrar em **Um**

**defeito de cor**, mas igualmente impresso em muitos outros textos das escritas negras, dos quais emergem a construção de outras concepções da modernidade, a partir do ponto de vista do escravo.

É conhecida a afirmação de Hegel de que o escravo “escolhe” ser cativo, pois, ao contrário, poderia optar pela morte. Esse argumento fundamenta a sua tese de que o escravo aceita a submissão. A ideia de submissão passiva, tese no pensamento ocidental, é rasurada em uma cena do romance de Ana Maria Gonçalves, que ilustra bem o contraponto da escrita negra em relação à razão eurocêntrica:

Pedi ao Jacinto que me contasse exatamente o que tinha acontecido no Urubu, e muitos anos depois percebi que a grande falha estava mesmo na precipitação. A rebelião do Urubu estava marcada para o dia vinte e cinco de dezembro de um mil oitocentos e vinte e seis, no Natal, quando as pessoas estariam mais preocupadas com as celebrações, relaxando a vigilância. A maioria dos rebelados era nagô, como o Jacinto, comandados por um preto de quem ele não sabia o nome por ser mais seguro assim, e pela sua mulher, a Zeferina, que seriam declarados rei e rainha de um novo império nagô, se tudo tivesse dado certo. O Jacinto se lembrava do nome da Zeferina porque ela se tornou um exemplo para todos eles, enfrentando os soldados armados apenas usando arco e flecha, depois de ter gritado o tempo inteiro durante a luta, animando os guerreiros e não deixando que se dispersassem (GONÇALVES, 2015, p. 282).

Kehinde revela, em sua narrativa, diversos momentos de insubmissão que culminaram em revoltas. Nesse trecho, ela destaca a figura da mulher, a escrava Zeferina, como protagonista da rebelião do Urubu. Observamos, aqui, que a figura do sujeito escravizado emerge não mais como mero objeto, mas como um agente da história, mostrando-se, também, como agente da narrativa.

Notamos que o trecho exemplifica a recusa ao pacifismo. Nesse relato, podemos evidenciar um aspecto da tomada de consciência: o escravizado transgride a sua condição de mercadoria e se engaja na luta pela emancipação, pela autonomia. Kehinde revela, por exemplo, que toma consciência da necessidade de insurgir-se ainda criança, quando presencia um levante de escravos no engenho. Esses escravos insurgentes gritavam por liberdade, morte aos brancos e justiça. Um deles tomba perto dela, debatendo-se, impulsionando o nascimento de sua revolta:

meu peito foi ficando apertado com a visão do riozinho de sangue, ao mesmo tempo em que nascia uma revolta muito grande pela nossa condição. Apesar da pouca idade, acho que foi naquele momento que tomei consciência de que tinha que fazer alguma coisa, pelos meus mortos, por todos os mortos dos

que estavam ali, por todos nós, que estávamos vivos como se não estivéssemos, porque as nossas vidas valiam o que o sinhô tinha pagado por elas, nada mais (GONÇALVES, 2015, p. 144).

A imagem do riozinho de sangue, uma metáfora recorrente em sua trajetória, aparece nesse momento, em que expressa a sua oposição à razão que havia transformado tanto ela quanto os seus semelhantes em mercadoria. Essa tomada de consciência levará Kehinde a participar de revoltas, como a dos Malês, que preenchem a narrativa com imagens que não se encontram na história oficial. A narradora traz um amplo acervo de imagens, a partir do seu papel de observadora dos acontecimentos, desde o tráfico proibido de escravos até a sua participação ativa no combate, como no trecho que segue:

Já estávamos cansados, correndo de um lado para outro havia mais de três horas, ainda longe do destino e sem saber se teríamos forças para chegar até lá. E mesmo se tivéssemos, era bem possível que não houvesse tempo para um descanso antes de seguirmos para o Recôncavo. Muitos fugiram antes mesmo de a luta começar para valer, e não os condeno, porque eu também tive vontade de aproveitar que não estava machucada e ir para casa. Mas depois pensava nas vidas que já se tinham perdido e olhava para meus companheiros, a grande maioria mais velhos e mais cansados do que eu, mas ainda acreditando que era possível. O Fatumbi era um desses, com o rosto demonstrando cansaço a cada movimento e a voz rouca de tanto gritar, mas não havia em seus gestos e olhos a menor dúvida quanto a ir até o fim. Mesmo quando as patas dos cavalos avançavam sobre nós, mesmo quando as poucas armas de fogo que tínhamos já estavam sem munição, mesmo quando um ataque contínuo de mais de quinze minutos de balas vindo de dentro do quartel deixava muitos dos nossos fora de combate ou a correr pelos matos e montes da vizinhança. As patas dos cavalos também terminavam o serviço das balas, pois bastava que um de nós caísse para receber a pisada ou o coice de misericórdia (GONÇALVES, 2015, p. 528-529).

Ao contrário do que afirma a razão negra ocidental, o escravo faz a opção por rebelar-se, tanto através, mesmo, da morte, quanto pelo suicídio, pela fuga, pelo luto silencioso ou, até, pelo banzo. Gilroy (2001, p. 129) comenta, a esse respeito, que “não pode haver nenhuma reciprocidade na *plantation* fora das possibilidades de rebelião e suicídio, fuga e luto silencioso, e certamente não há nenhuma unidade de discurso para mediar a razão comunicativa”. Uma passagem bem ilustrativa desse aspecto é a cena em que Kehinde narra o seu encontro com uma escrava que havia matado os próprios filhos, para livrá-los de castigos e maus tratos:

ainda a vejo como se fosse naquele dia, vestida com uma roupa tão rasgada

que não conseguia esconder os ossos, que chamavam tanta atenção quanto os poucos dentes, os magros pés deformados saindo por baixo de uma saia amarrada na cintura com trapos sujos, e maçãs do rosto que mais pareciam cotovelos. No fundo de duas covas, os olhos de alguém que parecia ter morrido sem saber. [...] Os filhos da mulher tinham sete e cinco anos, mais um bebê de oito meses, e os quatro tinham passado mais de quinze dias trancados em um cubículo sem luz, sendo alimentados apenas com uma caneca de água de arroz por dia. E isso tudo porque a mulher tinha deixado uma vasilha de leite ferver e se espalhar pelo fogão, fazendo o dono acusá-la de não trabalhar direito para dar atenção aos filhos, que por isso também foram castigados. [...] Ela, que, depois de ter matado as crianças apertando o pescoço delas enquanto dormiam, falhou ao tentar se matar também, cortando o pescoço com a caneca de lata na qual recebia a água de arroz. Sangrou mas não morreu, e quando acordou estava abobada, talvez arrependida do que tinha feito aos filhos, talvez maldizendo o deus que não quis levá-la para junto deles (GONÇALVES, 2015, p. 395).

Observamos, nesse trecho do romance, aquilo que Gilroy (2001) chama de “preferência positiva pela morte”. O escravizado recusa a vida, porque ela significa a continuidade da servidão. A opção pela morte se configura como um gesto de escolha pela liberdade e contraria a lógica ocidental, expressa em Hegel, de que o escravo prefere a escravidão em lugar da morte. Conforme considera Gilroy (2001, p. 140), a morte é vista pelo escravo como forma de “libertação do terror e da escravidão”, constituindo-se como “oportunidade para encontrar liberdade substantiva”.

Nesse sentido, a obra **Um defeito de cor** figura como contraponto da razão fundadora da modernidade ocidental e revela sua importância fundamental na reconstrução da história da modernidade, sob a perspectiva do sujeito escravizado.

Essa mulher, que aparece tão nítida na memória de Kehinde, lembra a história da escrava norte-americana Margaret Garner, que mata a própria filha para impedir que fosse devolvida à escravidão. Margaret Garner também serviu de inspiração para a construção do romance **Amada**, em que Toni Morrison adapta a história, na composição da narrativa de vida da personagem Sethe. Essas narrativas nos permitem evidenciar o papel da literatura na construção da memória das insubordinações escravas que foram ocultadas pela razão ocidental e, conseqüentemente, pela história oficial.

Kehinde evidencia, portanto, feições de resistência no Novo Mundo, focalizando em experiências suplementares da narrativa da diáspora africana. A face de insubmissão também se revela na criação de estratégias de sobrevivência cultural das matrizes africanas na América. Podemos pensar, assim, que a insubmissão é uma característica constituinte da identidade, no Atlântico Negro. Nesse sentido, a diáspora se apresenta como uma possibilidade de se pensar e problematizar a nação, de maneira mais alargada

e mais ampla. Essa perspectiva funciona como uma contranarrativa da nação oficial, fechada pelas fronteiras do espaço e da história nacionais, que é imaginada pela cultura dominante.

Como discorre Hall, “é importante ver essa perspectiva diaspórica da cultura como uma subversão dos modelos culturais tradicionais orientados para a nação” (HALL, 2003, p. 36). A perspectiva da diáspora nos permite a abertura, ou o alargamento, de visões, para que possamos vislumbrar a emergência, a escrita e a inscrição de histórias sobre uma “trans-cultura negra” do Atlântico.

A obra de Ana Maria Gonçalves nos revela um Atlântico Negro formado pela dinâmica das misturas, dos contatos, de movimentos e de cruzamentos. A narrativa de Kehinde nos leva à compreensão de que a diáspora expande cartografias. A multiplicidade de trajetórias, a coexistência de espaços e as relações, além das trocas culturais, evidenciam a impossibilidade de que uma nação seja imaginada e narrada apenas pelo centro e pelos limites das fronteiras nacionais. Podemos dizer que as imagens dessa nação são muito mais verdadeiras em suas bordas e avessos. Inclusive, a narrativa de **Um defeito de cor** nos revela que nas imagens da nação brasileira podem figurar partes que estão do outro lado do oceano. Nesse sentido, a diáspora alarga a ideia de nação, porque valoriza “os parentescos sub e supranacionais” (GILROY, 2001, p. 19).

Na perspectiva que propõe Gilroy (2001), concebemos que **Um defeito de cor** se revela como uma escrita do Atlântico Negro. Assim, não podemos deixar de mencionar o caráter emblemático da escrita da carta (romance), feita a bordo do navio Aliança, no qual a narradora faz a sua terceira, e última, viagem de travessia do Atlântico. Toda a escrita é feita a partir da memória narrada sobre as águas desse oceano.

Kehinde reúne a multiplicidade e se constrói numa identidade múltipla, característica da diáspora. Seu relato sugere que a narradora de **Um defeito de cor** consegue se reconstituir fora de sua terra natal, a partir de estratégias de resistência e de superação, como é possível percebermos desde o título do romance.

Como observação final dessa discussão, convém destacar que esse título faz uma alusão à lei segregacionista do período colonial que impedia negros e mulatos de ocuparem cargos civis, militares e eclesiásticos. Para exercerem esses cargos, os negros,

ou mulatos, deveriam pedir a “dispensa do defeito de cor”. Cabe considerar o que o poeta Luiz Gama escreve nesse sentido: “Em nós, até a cor é um defeito”. Como se respondesse a essa condição, Kehinde se pronuncia em sua narrativa, afirmando: “Não tenho defeito algum e, talvez para mim, ser preta foi e é uma grande qualidade, pois se fosse branca não teria me esforçado tanto para provar do que sou capaz, a vida não teria exigido tanto esforço e recompensado com tanto êxito”. Nesse trecho, nota-se evidentemente que a trajetória de vida de Kehinde se constitui na superação da condição imposta pela razão eurocêntrica à sua cor.

### Referências

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Prefácio de Simone Pereira Schmidt. Posfácio de Maria Nazareth Soares Fonseca. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2013.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**. Modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Editora 34; Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2008.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MORRISON, Toni. **Amada**. Tradução de Evelyn Kay Massaro. São Paulo: Best Seller, 1987.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.